



Direito Constitucional e ensino jurídico: para uma autonomia crítica

**SILVA, Haniel Duarte da (Autor)**

**FERREIRA, Rafael Fonseca (Orientador)**

**hanielduarte@gmail.com**

**Evento: Congresso de iniciação científica**

**Área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas - Direito**

**Palavras-chave:** Ensino Jurídico; Constituição; Crítica

## **1 INTRODUÇÃO**

Toda vez que o Direito é mencionado hoje, nos mais diversos locais (do bar da esquina ao plenário do Supremo Tribunal Federal), se torna um pouco mais difícil perceber a diferença entre estudar e viver as situações que envolvem, mesmo que indiretamente, os códigos que procuram reger a vida em sociedade. Tratando-se da Constituição Federal, que talvez precise de abordagens diferenciadas, uma vez da sua importância para cada cidadão brasileiro, o tratamento continua parecido: ignora-se, até melhor juízo, sua própria existência. É neste sentido que, nesta pesquisa em andamento, procura-se pelas problematizações possíveis no âmbito do ensino jurídico, com foco na graduação em Direito, quanto às questões que envolvem o Direito Constitucional.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

A situação do Direito, assim como do ensino jurídico, representa um “paradoxo acadêmico”, no sentido de que, quanto mais se pesquisa, se escreve, se discute sobre as insuficiências de modelo “X”, a cegueira teórica de modelo “Y”, etc., maior é o horizonte de visualização dos próprios problemas. No primeiro momento tal ocorrência parece ser preocupante, uma vez que a impressão é de ser luta perdida, de estar sempre um passo atrás. É neste momento que, abraçando a complexidade (MORIN, 2007) do problema, abre-se a possibilidade de entender este aparente paradoxo de forma a possibilitar novas abordagens. A

dificuldade se encontra em ultrapassar o pensamento moderno, que restou em situações de causa e efeito, de autoridade do sujeito sobre um objeto que precisa ser dominado, e, talvez, chegar em espécie de ponto de ruptura no qual é necessário abandonar uma modernidade que expirou seu prazo de validade.

### **3 MATERIAIS E MÉTODOS (ou PROCEDIMENTO METODOLÓGICO)**

A metodologia do presente trabalho consiste na análise bibliográfica de material pertinente ao assunto problematizado.

### **4 RESULTADOS e DISCUSSÃO**

A principal problematização a partir da necessidade de ultrapassar o paradigma advindo da modernidade, em termos de ensino jurídico, é o quão moderno o Direito é. Assim, existe uma necessidade de procurar entender o que isto significa, quais os problemas que são apresentados, construindo base sólida para o passo seguinte, qual seja, ampliar os caminhos possíveis para realização de mudanças que se mostrarem necessárias.

### **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pensar o Direito não é tarefa fácil, mas é necessária. Talvez a principal questão que pode ser levantada deste trabalho é o que significa a pensar o Direito na graduação. Sem pretensão totalizante, condizente com o referencial teórico a ser consultado, é possível fazer exsurgir discussões pertinentes às direções que podem ser tomadas quando lida-se com questões científicas e sociais com tamanho impacto.

### **REFERÊNCIAS**

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 3. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.